



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



**IMPACTOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO
BRASIL NO PERÍODO DE 1995 ATÉ 2010**

MONOGRAFIA

MARIANA-MG

AGOSTO/2021

ISABELA CRISTINA CARMO DE MORAIS

**IMPACTOS DOS GASTOS PÚBLICOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO
DO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 ATÉ 2010**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr Chrystian Soares Mendes

MARIANA-MG
UFOP/ICSA/DEECO
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M827i Morais, Isabela Cristina Carmo De .
Impacto dos gastos públicos no crescimento econômico do Brasil no período de 1995 à 2010. [manuscrito] / Isabela Cristina Carmo De Morais. - 2021.
33 f.: il.: gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Chrystian Mendes.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Assistência social. 2. Desenvolvimento econômico - Brasil. 3. Previdência social - Brasil. I. Mendes, Chrystian. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa-Bibliotecário ICSA/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabela Cristina Carmo de Moraes

Impacto dos gastos públicos no crescimento econômico do Brasil no período de 1995 à 2010

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 31 de agosto de 2021.

Membros da banca

Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes - Orientador (UFOP)
Prof. Dr. Alan André Borges da Costa - (UFOP)
Prof. Dr. Thiago de Sousa Barros - (UFOP)

Prof. Chrystian Soares Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/09/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Chrystian Soares Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/09/2021, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0222747** e o código CRC **ED25A4F2**.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha mãe por tudo que me proporcionou na vida e pela força para alcançar mais este objetivo.

Ao meu pai Renato e minhas irmãs Renata e Fernanda pelo apoio incondicional.

As minhas sobrinhas por me darem aconchego a cada dia percorrido.

A minha vó querida (*in memoriam*) pelas orações tanto em vida quanto em anjo.

A Universidade Federal de Ouro Preto, e todo seu corpo docente.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Problema de pesquisa.....	1
1.1.1	Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002).....	4
1.1.2	Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 – 2016).....	5
1.2	JUSTIFICADO.....	9
1.3	OBJETIVOS.....	15
1.4	Objetivo Geral.....	15
1.5	Objetivo Específico.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Lei de Wagner.....	20
3	METODOLOGIA.....	21
3.1	Análise Descritiva.....	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5	REFERÊNCIAS.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do PIB per capita no Governo FHC e LULA (em R\$).....	23
Gráfico 2: Evolução do gasto com Assistência Social no Governo FHC e LULA (em R\$).....	25
Gráfico 3: Evolução do gasto com Previdência Social no Governo FHC e LULA (em R\$).....	26
Gráfico 4: Evolução do gasto com Educação no Governo FHC e LULA (em R\$).....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Execução da Despesa por Grupo, dezembro de 2020 (R\$).....	10
Figura 2: Comparativo da Execução Orçamentaria por grupo (valores pagos).....	12
Figura 3: Demonstrativo da Execução das Despesas por Subfunção.....	13
Figura 4: Gasto Público Consolidado em Relação ao PIB das Economias Latinas (2016).....	14

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão do crescimento do PIB per capita (R\$).....	24
Tabela 2: Média, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão do gasto com Assistência Social (R\$).....	25
Tabela 3: Média, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão do gasto com Previdência Social (R\$).....	26
Tabela 4: Média, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão do gasto com Educação (R\$).....	29

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de mostrar a evolução dos gastos dos governos com Assistência Social, Previdência Social e Educação que percorrem de 1995 até 2010 nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em contrapartida com o crescimento do PIB. Realizamos uma introdução de cada mandato e assuntos econômicos principais como o Plano Real, crises monetárias, inflação, políticas econômicas, metas fiscais e afins. Tais assuntos abrem espaço para o tema principal do trabalho sobre os impactos dos gastos públicos no crescimento econômico brasileiro, analisando a forma de arrecadação dos impostos, mostrando a necessidade de um sistema tributário eficaz de distribuição e alocação de recursos. Referenciando as gestões de Presidentes da República que exerceram por quatro mandatos duas legislaturas cada um, pressupõe que as análises se propõem a pontuar elementos dessas gestões, anos de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, nas complexas e contraditórias determinações que os constituem.

Palavras-chave: Assistência Social, Previdência Social, Plano Real, Crescimento Econômico.

ABSTRACT

The present work aims to show the evolution of government expenditures on Social Assistance, Social Security and Education that run from 1995 to 2010 in the terms of Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff in contrast to GDP growth . We introduce each mandate and main economic issues such as the Real Plan, currency crises, inflation, economic policies, fiscal targets and the like. Such issues open space for the main theme of the work on the impacts of public spending on Brazilian economic growth, analyzing the way in which taxes are collected, showing the need for an effective tax system for the distribution and allocation of resources. Referencing the administrations of Presidents of the Republic who exercised two legislatures for four terms each, assumes that the analyzes propose to point out elements of these administrations, years from 1995 to 2002 and 2003 to 2010, in the complex and contradictory determinations that constitute them.

Keywords: Social Assistance, Social Security, Real Plan, Economic Growth.

1. INTRODUÇÃO

Analisar a política econômica de um determinado governo é uma tarefa complexa, visto que cada mandato passou por situações e problemas distintos, os apontamentos são necessários para dimensionar uma análise desse momento da história, analisando os gastos com Assistência Social, Previdência Social e Educação considerando a historicidade e análise de dados, o momento político e a própria economia.

No primeiro momento é feita uma introdução dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff amparado com dados e estudos já fomentados sobre o tema dos gastos públicos durante os mandatos. Logo em seguida é fundamentada as motivações que fizeram necessários para a realização do trabalho, a grande necessidade de um sistema mais eficaz de arrecadação e distribuição de renda.

O presente trabalho busca responder a seguinte questão; qual a relação existente entre os gastos públicos realizados, relacionados ao desempenho da economia brasileira, medida através de seu crescimento econômico, durante o período de tempo que se estende de 1995 até 2010?

Poderíamos tentar responder a esta questão a partir de uma perspectiva política ou ideológica, atribuindo as políticas que foram adotadas pelos presidentes e suas equipes econômicas. Com isto, objetiva-se comparar os dados dos distintos governos através da relação entre os gastos empreendidos, em relação a evolução das taxas de crescimento do PIB para os respectivos períodos. Deste modo, busca analisar a correlação dos dados e contribuir ao desenvolvimento do tema com os resultados auferidos.

Sendo assim, este trabalho se seguirá da seguinte maneira, primeiramente será brevemente exposto o problema de pesquisa envolvido, assim como a apresentação de dados que justificam a realização deste artigo. Posteriormente a apresentação do objetivo principal e secundário, seguidos de um referencial teórico a respeito do tema e por fim, a conclusão do artigo e suas referências. A análise temporal é dimensionada em duas gestões dos dois presidentes, dos anos de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, respectivamente.

1.1. Problema de Pesquisa

A influência do Estado no ambiente econômico das sociedades se dá em grande parte, a partir dos dispêndios de bens, serviços e investimentos realizados como forma de gasto público pelos governos, sejam elas, despesas correntes, realizadas para custear os serviços

públicos, ou despesas de capital, que se dão como investimentos estatais (CONTI; CARVALHO, 2011).

Esta relação entre gastos públicos e crescimento econômico tem levantado uma relevante discussão na literatura especializada há um bom tempo. Um estudo sobre o tema, pode ser encontrada em Lindauer e Velenchik (1992), porém, trabalhos mais recentes como Costa (2019), Assis e Nogueira (2016), Silva e Triches (2014), assim como em Rocha e Giuberti (2007), são importantes exemplos desta discussão.

No cerne de tal debate está a busca por um consenso a respeito da causalidade existente entre a relação destas variáveis econômicas, bem como, na definição de um grau de relação entre elas (ROCHA; GIUBERTI, 2007).

Pertencendo ao arcabouço econômico desde o no final do século XIX, tal discussão possui contribuições realizadas por diversos economistas. Como por exemplo, a chamada Lei de Wagner (1892), na qual apontava que o crescimento econômico era a variável decisiva para explicar o aumento dos gastos públicos. Tal teoria afirma que os gastos públicos se elevam constantemente à medida que os níveis de renda geral da população aumentam, levando o sistema a evoluir de um capitalismo de livre mercado para uma economia de bem-estar social, graças à demanda da população por serviços sociais cada vez maiores (SANTOS, 1986).

Outra visão dessa relação entre despesa pública e crescimento do PIB¹ é a teoria keynesiana, que afirma a Lei de Wagner de forma inversa, ao enfatizar a importância dos gastos do governo sobre o crescimento econômico, ao invés dos gastos das famílias. Keynes (2017), ao postular sua teoria, afirmou que a despesa do governo gera um efeito multiplicador em sua receita. Portanto, quanto mais despesa, maior a receita do Estado. Devido a isto, a principal implicação de sua proposta é a de que um aumento nos gastos do governo produzirá um incremento positivo no crescimento econômico, aumentando assim, a renda nacional.

Em Rocha e Giuberti (2007), encontra-se a afirmação de que na literatura existe duas formas de se avaliar a qualidade do gasto público em uma economia, assim como seu impacto sobre o crescimento econômico. A primeira maneira é indireta, e constitui-se na avaliação dos resultados que os gastos realizados pelo Estado geram no crescimento (por exemplo, gastos com saúde e educação) e desta forma tentar medir o desempenho do setor público relacionando estes dados e observando graus de relação, sem necessariamente o uso de modelos estatísticos/matemáticos. A segunda é direta, pois mede o impacto da despesa pública no crescimento econômico através de análises econométricas e de estudos de caso, e investigam o

¹ Produto Interno Bruto. Mede soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

impacto destes gastos nos níveis de atividade econômica, e classificando-os entre “produtivos” e “não produtivos”. O conceito de gasto produtivos segundo Chu, k’et alii’(1995), são aqueles utilizados de forma a atender a seus objetivos ao mínimo custo possível, os gastos positivos são aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais aos custos marginais para obtê-los. Já os gastos improdutivos são dados pela diferença entre o gasto efetivo e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo.

Neste sentido, deve-se destacar que foram realizados diversos estudos com o intuito de avaliar empiricamente essa relação, a exemplo de Magazzino (2012), que conduziu uma revisão de literatura sobre a rivalidade entre a lei de Wagner e a Teoria Keynesiana, que aponta que as pesquisas realizadas neste ramo, apontam em direções diferentes. Neste caso, existe um conjunto de estudos que indicam para a neutralidade da relação entre as variáveis relacionadas, e outro indicando que não há correlação estatisticamente significativa entre elas, sendo estes estudos compilados em Demirbas (1999), e Husnain (2011).

O segundo grupo de estudos compilados por Magazzino (2012), fornece suporte para evidências empíricas a respeito da Lei de Wagner, na qual afirma que a causalidade será unilateral, e o crescimento econômico determinará a despesa pública. Há um terceiro conjunto de dados que apoiam a hipótese keynesiana, ao indicar que o aumento dos gastos públicos estimulará o crescimento econômico. Por fim, o quarto grupo de estudos estabelece uma dupla causalidade entre as variáveis, sugerindo uma hipótese de feedback implícito entre os gastos públicos e o crescimento econômico (ASSIS; NOGUEIRA, 2016).

No período anterior ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a carga tributária teve grande elevação no PIB e segundo dados do IPEA esse crescimento foi devido principalmente às medidas do plano de estabilização de 1990, a carga tributária do PIB elevou-se de 22% para mais de 28%. Esse crescimento deveu-se pela disponibilidade de recursos refletindo profundas reformas estruturais. A privatização de estatais e abertura econômica, resultaram em incentivos aos investimentos tanto nacionais quanto internacionais, dando um incremento em alguns setores.

A alocação dos gastos governamentais tornou-se um dos mais importantes objetos de pesquisa das últimas décadas e tem profundas raízes históricas. Entretanto, muitas pesquisas sobre o assunto não possuem dados atualizados, o objetivo do estudo é suprir essa necessidade de análise metodológica sobre os governos e apresentar historicamente o impacto dos gastos públicos no crescimento econômico brasileiro.

Assim, buscando contribuir com o tema, o presente trabalho procura entender a relação entre os gastos governamentais e o crescimento econômico durante o período do governo exercido por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que se estendeu de janeiro de 2003 até agosto de 2010, e posteriormente comparar seus resultados com os resultados fornecidos pelo governo empreendido por Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). As subseções a seguir fazem uma contextualização a cerca desses governos.

1.1.1 Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002)

O plano Real foi um programa econômico responsável por estabilizar o sistema monetário brasileiro na década de 90, que vinha de um processo de hiperinflação causado pelo descontrole dos gastos nos governos anteriores e das massivas emissões de moeda. O lento crescimento da economia brasileira era atribuído às altas taxas de inflação que prevaleciam desde meados da década de 70, pois se argumentava que o processo inflacionário era o sintoma mais característico do descontrole das contas públicas, que revelava a incapacidade do setor público em financiar suas atividades e o reflexo era dado pela inflação que comprometia a tomada de decisões por parte dos agentes econômicos. Baseada em três etapas, o plano tinha como objetivo estabilizar a moeda, e acabar com a inflação inercial através de políticas econômicas tidas como neoliberais (SAYAD, 1995).

Primeiramente a equipe econômica formada pelos economistas Gustavo Franco, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Francisco Lopes, Winston Fritsch e Clóvis Carvalho, pretendiam diminuir o déficit fiscal, cortando gastos públicos e privatizando empresas estatais, assim como medidas econômicas que visavam restringir a liquidez de recursos financeiros na economia, como por exemplo, aumentando a taxa de juros e a alíquota do compulsório dos bancos. A segunda etapa foi desenvolvida de forma que diminuísse o transbordamento da inflação da moeda antiga, para a nova moeda introduzida no mercado. Isto foi realizado através da criação de uma moeda virtual que indexasse os preços e os contratos relativos da economia, esta moeda virtual foi denominada de Unidade Real de Valor (URV) (ABREU, 2015).

Desta forma, o governo não forçaria o mercado a adotar uma nova moeda de forma ditatorial, mas sim através da substituição voluntária da sociedade por um meio de pagamento escritural. Com isto, através da plena indexação dos preços relativos da economia na URV, o governo poderia decretar a abolição da moeda virtual e a criação de uma nova moeda sem

carregar a memória inflacionária da antiga para a nova moeda. Com isto, o Real foi estabelecido na economia e mantido sobrevalorizado pela equipe econômica, que por algum tempo, até se tornou mais valorizado que o Dólar. Desta forma, a terceira etapa se iniciaria com o lançamento do Real (BACHA, 1997)

A diferença básica entre os dois mandatos de FHC, está no aparecimento de crises financeiras internacionais que dificultaram o processo de estabilização da moeda no Brasil. No primeiro mandato, o governo conseguiu alcançar grandes somas de popularidade devido a eficácia do plano real. Porém, com a manutenção das políticas de austeridade, assim como na manutenção do câmbio valorizado, incomodou algumas camadas sociais que começaram a se opor ao governo. Somado ainda as crises asiáticas, a bolha da internet e a crise energética vivenciada no país no ano de 2001. Outro fator importante a se ressaltar foi o surgimento de um superavit na balança de pagamentos no segundo mandato, motivo pelo qual pode ser explicado pela diminuição da valorização do real perante ao dólar e a consecutiva diminuição da importação de produtos internacionais (ABREU, 2015).

1.3. Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 – 2016)

A conjuntura político/econômica do Brasil no início do século XXI, passava por seus primeiros desafios pós estabilização monetária. A forte valorização da moeda brasileira devido a consolidação do Real (em grande parte mantido pela política monetária realizada por Gustavo Franco a frente do BACEN), estava agora se invertendo devido ao abandono do sistema de bandas cambiais. O resultado desta medida realizada em janeiro de 1999, foi a forte desvalorização do Real, o que por sua vez acabou contribuindo para que os indicadores econômicos retratassem em uma queda de 1% no PIB e uma inflação de 12% ao ano, medida através do IGP-M, naquele ano (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Tais desafios, como a crise cambial, a crise energética de 2001, e as crises financeiras internacionais, como a bolha da internet e a crise dos tigres asiáticos, diminuíram as chances do candidato governista ser eleito na eleição presidencial, e desta forma, levar um plano de continuidade na condução da economia. Assim, com a proximidade do fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e as crises enfrentadas pelo governo, somado ainda a deflagração de uma operação da Policial Federal em que relacionava o nome da então principal candidata governista Roseana Sarney do Partido da Frente Liberal (PFL), a escândalos de corrupção, a atenção da sociedade a respeito de quem poderia ser o presidente da nação

recaia ao candidato de oposição Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (ABREU, 2015).

O PT, vinha constantemente criticando todas as medidas do então governo FHC, foram contrários ao Plano Real, as privatizações e aos acordos firmados com o FMI, e no meio do ano de 2002, seu candidato apresentava crescimento nas pesquisas de intensão de voto e passou a lidera-las com folga. Era claro que a sociedade em sua maioria, queria Lula como presidente do Brasil, porém, como seu discurso tomava tons radicais das camadas de pensamento econômico e ideológico mais à esquerda, como por exemplo, o plebiscito planejado em conjunto com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde perguntava a sociedade civil o que era melhor para o país, continuar honrando os contratos da dívida externa e interna, ou abandonar os pagamentos (RIBEIRO, 2008).

Tais medidas causaram efeitos na economia, como a relevante elevação do câmbio, que passou de R\$2,4 x US\$1 em março de 2002, para R\$3,4 x US\$1 no final de julho do mesmo ano, além de elevar o risco país para 2.400 pontos base (medido pelo EMBI). Com isto, pensando em ser eleito, Lula foi convencido a publicar uma carta aberta a nação brasileira, intitulada de Carta Aberta ao Povo Brasileiro, onde modificava drasticamente do que vinha propondo para a economia. Na tentativa de acalmar os mercados e garantir maior credibilidade para ser eleito, Lula afirma na carta que mantém os compromissos básicos da cartilha de macroeconomia dos países industrializados via consenso de Washington, além de tentar outro acordo com o FMI, porém, como a instituição tinha gasto somas vultuosas para resgatar a Turquia e a Argentina, este acordo acabou não acontecendo (ABREU, 2015).

Mas, continuando as negociações, o FMI aceitou um acordo em agosto de 2002, onde emprestaria US\$30 Bilhões em um período de 15 meses, e que a maior parte do acordo seria entregue no início do próximo governo. Este acordo aumentou a credibilidade das pessoas quanto a uma mudança de postura do então candidato Lula, saindo da extrema esquerda e se afirmando em uma postura mais central. Desta forma, Lula foi eleito no segundo turno das eleições de 2002, e uma grande surpresa começou já com a transição, quando se escolheu para o ministério da fazenda, Antônio Palocci, que acabou criando uma equipe econômica de continuidade às políticas anteriormente aplicadas, como por exemplo, Lula nomeou para Presidente do Banco Central, o então presidente de um banco comercial, Henrique Meirelles. O mercado viu nestas posturas, uma afirmação de que a política tripe macroeconômico (Câmbio Flutuante, Metas Fiscais e de Inflação), teria continuidade (AMARAL, 2010).

Com a melhoria do ambiente econômico e com a manutenção das mudanças estruturais garantidas pelo Plano Real, o governo Lula pode colher os frutos, e desta maneira, a balança de pagamentos começou a ter superávits que possibilitaram ao governo, acumular reservas internacionais, que chegaram a US\$209 bilhões em 2007. Em relação as diretrizes sociais, o governo Lula angariou ótimos resultados com a criação do programa bolsa família, que chegou a atingir ¼ da população brasileira, levando as camadas mais sofridas da sociedade, a ingressarem na sociedade de consumo, o que pode ser entendido como a ascensão da nova classe c. Com isto, estas camadas da sociedade que antes passavam fome, agora poderiam financiar bens de consumo duráveis, o que por sua vez, alimentou ainda mais o comercio e a indústria. Ou seja, diferentemente de Delfin Neto no governo militar, em que dizia que era necessário “crescer o bolo” para que depois se dividisse, Lula cresceu o bolo ao mesmo tempo em que estimulou a distribuição de renda, favorecendo as minorias sociais (BRESSER-PEREIRA, 2013).

No início de seu governo, Lula elevou as taxas de juros, aumentou as metas de superávit primário, e fez cortes no orçamento, mantendo assim, a continuidade das políticas econômicas do governo passado. Desta forma, com a depreciação cambial, e com o aumento das exportações, e as reservas internacionais acumuladas, a confiança no novo governo foi estabelecida. Os resultados apresentados então se dão a caráter do crescimento onde 1,1% do PIB em 2003 e de 5,7% em 2004, sendo que a taxa de inflação diminuiu de 9,3% em 2003, para 7,6% em 2004. Posteriormente, com a aproximação do fim de seu mandato, ocorre crises que dificultam o cenário político e econômico, como os escândalos de corrupção conhecidos como Mensalão, e a crise financeira internacional de 2008, que afetou a liquidez de recursos para o financiamento de empresas brasileiras. Além disto, mudanças relevantes no comando do governo aconteceram, como a troca de Palloci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda, e de Jose Dirceu por Dilma Rousseff na Casa Civil (ABREU, 2015).

Já a crise financeira de 2008, gerou diversos fatores que afetaram a economia brasileira. Para conter a crise o governo Lula, em seu segundo mandato, flexibilizou as regras do compulsório bancário, utilizou as reservas para financiar a economia interna, reduziu a Selic e alguns impostos como o IPI (imposto sobre produtos industrializados) para os produtos da linha branca, e aumentou a participação dos bancos estatais no mercado de credito brasileiro. Posteriormente a crise do *subprime*, em 2008, o governo Lula passou a abandonar as políticas econômicas do tripe, e passou a ter um caráter mais desenvolvimentista, a partir da troca de comando da Fazenda para Guido Mantega. A visão econômica conhecida por keynesianismo

começou então a ser praticada no país, onde se acreditava que o Estado tinha que estimular a economia via emissão de moeda e tomada de dívidas, e desta forma, o diagnóstico de que o descontrole na inflação dos anos anteriores teria sido causado em especial ao descontrole dos gastos do governo foi abandonada (RIBEIRO, 2008).

A respeito das políticas industriais do governo Lula e Dilma, foi-se aplicado ao longo dos mandatos, três programas de política industrial, que tinha como base o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC II), e a política de empréstimos facilitados para os campeões nacionais, que eram basicamente grandes empresas que tinham influência política. Kupfer (2013), conclui que a política industrial do governo Lula e Dilma era uma questão conflituosa em termo de ambiguidade na gestão da política macroeconômica. Já as políticas sociais, foram sem dúvidas as principais características da orientação política dos governos do PT, sendo o instrumento chave para atingir os objetivos de redistribuição de renda, como o programa bolsa-família por exemplo.

A presidente Dilma Rousseff não logrou atender à demanda fundamental da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, superar a armadilha da taxa de juros elevada e da taxa de câmbio sobre apreciada, mas se identifica com o desenvolvimentismo. Em 20 de abril, em discurso na formatura de novos diplomatas, a presidente declarou que para se desenvolver o Brasil precisa equacionar as três amarras do país: taxa de juros alta, câmbio e impostos altos. reestruturação industrial desenvolvimentista, que está baseada em baixo nível de taxa de juros, em torno do qual gire a política monetária; responsabilidade cambial ou taxa de câmbio que flutue em torno do nível de equilíbrio industrial, tornando competitivas as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial; e responsabilidade fiscal (BRESSER-PEREIRA, 2013).

1.2 JUSTIFICATIVA

É de suma importância abordar o tema da arrecadação brasileira, seus encargos e tributos, juntamente com o crescimento econômico brasileiro. Comparada à outros países o Brasil tem uma das maiores e mais complexas cargas tributária. De acordo com o levantamento do IBPT, a carga tributária brasileira sobre o PIB em 2018, dado pela OCDE, era de 35,21%, próxima de países desenvolvidos.

O desenvolvimento econômico e social tem feito com que o Estado assuma um papel importante na condução de políticas econômicas, como por exemplo, na determinação das taxas de juros e no controle da inflação monetária. Porém outro fator relevante a qualquer economia, é a respeito da interferência ou não do Estado em seus mercados, alguns acreditam que tal ato é benéfico a todos e ao crescimento econômico, sendo que outros acreditam que é irrelevante ou até mesmo, maléfico a plena condução das atividades sociais (BAER; KERSTENETZKY; VILLELA, 1973).

A relevância do tema segundo Assis e Nogueira (2016), se baseia principalmente na eficiência do gasto público e no destino dado aos tributos arrecadados, visto que as despesas do Estado incluem serviços essenciais a sobrevivência de uma nação, serviços como o fornecimento de saneamento básico e saúde para a população, da educação a alimentação, assim como a segurança pública e a defesa militar, o que o torna um dos assuntos mais discutidos no âmbito das finanças públicas.

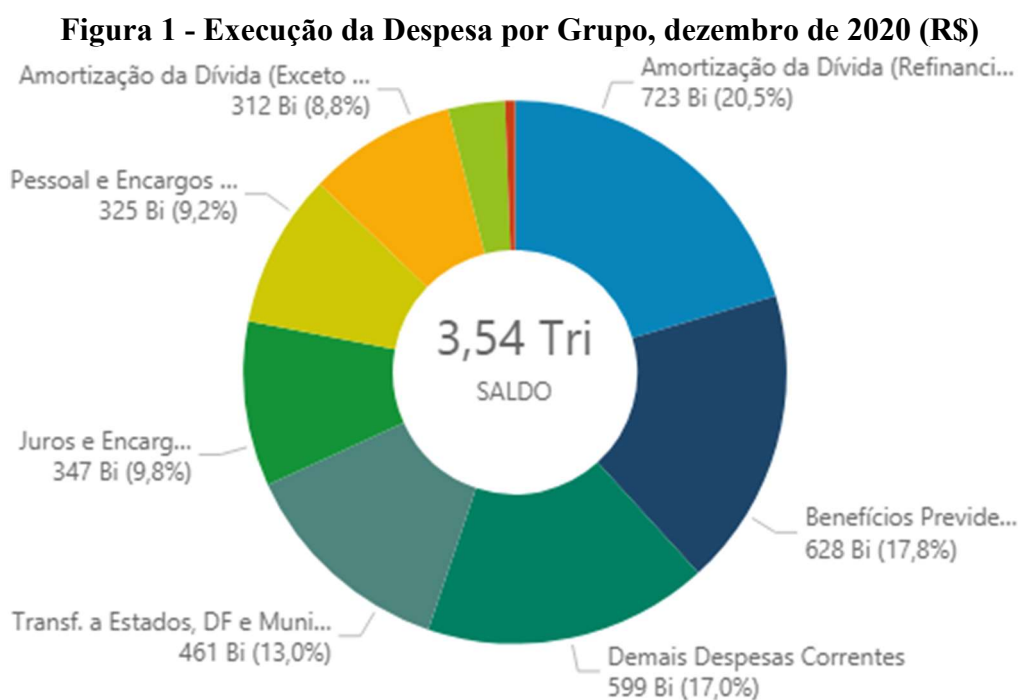
No trato da eficiência no uso dos recursos públicos, trabalhos como Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006) e Ribeiro (2008), demonstram que o crescente interesse na discussão, principalmente por autores de economia ortodoxa, foram motivadas pela busca em otimizar a eficiência do setor público. Este avanço se deu principalmente após as recomendações de política macroeconômica restritiva, dado a cabo pelo FMI e pelo Banco Mundial, em resposta as crises de instabilidade monetária ocorridas na década de 1980 e início de 1990, em países emergentes como o México e o Brasil.

Tais recomendações são conhecidas através do termo Consenso de Washington, e consistem em dez medidas de política econômica formuladas pelo economista John Williamson, do Instituto Internacional de Economia em novembro de 1989, além de instituições financeiras situadas em *Washington D.C.*, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Estas medidas se tornaram a receita padrão para promover o

ajustamento macroeconômico nas economias em desenvolvimento durante os anos de 1990 (WORD BANK, 2005).

Posteriormente, com outros acontecimentos ocorridos nos últimos anos, como o surgimento de leis que impuseram maior transparência na prestação das contas públicas, o interesse na publicação de trabalhos que estudam as relações entre o gasto público e o crescimento econômico, assim como a eficiência do gasto estatal, se tornaram mais frequentes. Principalmente após a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que entrou em vigor no Brasil no ano 2000 através do governo FHC. Um fato decorrente deste processo é a maior exigência por parte do setor público, em fornecer uma política fiscal de melhor qualidade (RIBEIRO, 2008).

Uma importante forma de medir o gasto público é através de seu Balanço Orçamentário. Pois, ao fornecer uma visão geral da execução orçamentaria, demonstrando os valores autorizados pelo orçamento público, as despesas empenhadas, as liquidadas e as pagas, possibilita o entendimento das finanças do governo. A Figura 1 a seguir, sintetiza a despesa orçamentaria através dos valores desembolsados para o pagamento dos fornecedores e dos bens e serviços utilizados pelo Estado ao longo de um ano, sendo que as áreas coloridas de verde e vermelho, representam as inversões financeiras e os investimentos públicos, respectivamente.



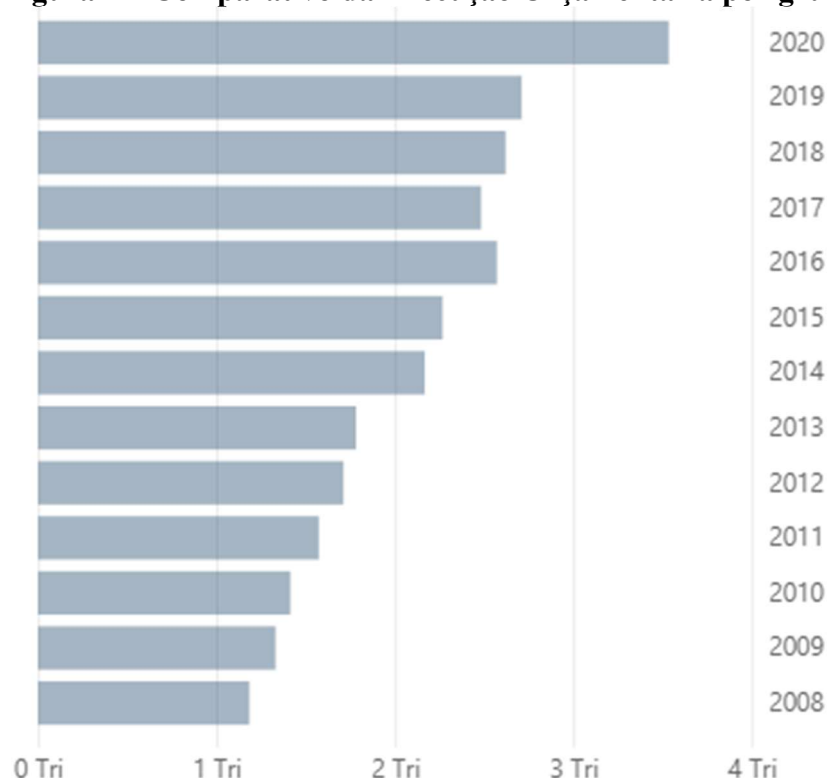
FONTE: Tesouro Nacional (2021).

No ano de 2020 o total da despesa orçamentaria paga no final do mês de dezembro foi de R\$3,54 Trilhões, o que representa um aumento de 300% em relação ao ano de 2008. Nota-se que o maior peso no orçamento brasileiro é o relacionado a dívida nacional e a seus serviços, seguido dos pagamentos em benefícios da Previdência Social. No texto de Hélio Zylberstajn sobre a reforma trabalhista, apresenta as linhas gerais de uma ampla reforma do sistema de aposentadorias brasileiro. O autor mostra que comparado a outros países, o Brasil gasta muito com benefícios de aposentadoria e que quase metade do gasto público do país é consumida pelos juros da dívida interna.

Através da Figura 2, é possível perceber o crescimento nos gastos do governo ao longo dos anos. No ano de 2020 o total da despesa orçamentaria paga no final do mês de dezembro foi de R\$3,54 Trilhões, o que representa um aumento de 300% em relação ao ano de 2008, que foi de R\$1,18 Trilhão, e R\$2,17 Trilhões em 2014.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) produziu em 2019, um relatório acerca da análise do gasto fiscal no Brasil e dos demais países da região sul-americana. O relatório revela grandes ineficiências e desperdícios no dispêndio do orçamento brasileiro, uma soma que poderia chegar 4,4% do PIB, e demonstra que há espaço para melhorar os serviços públicos sem necessidade de aumentar seu gasto.

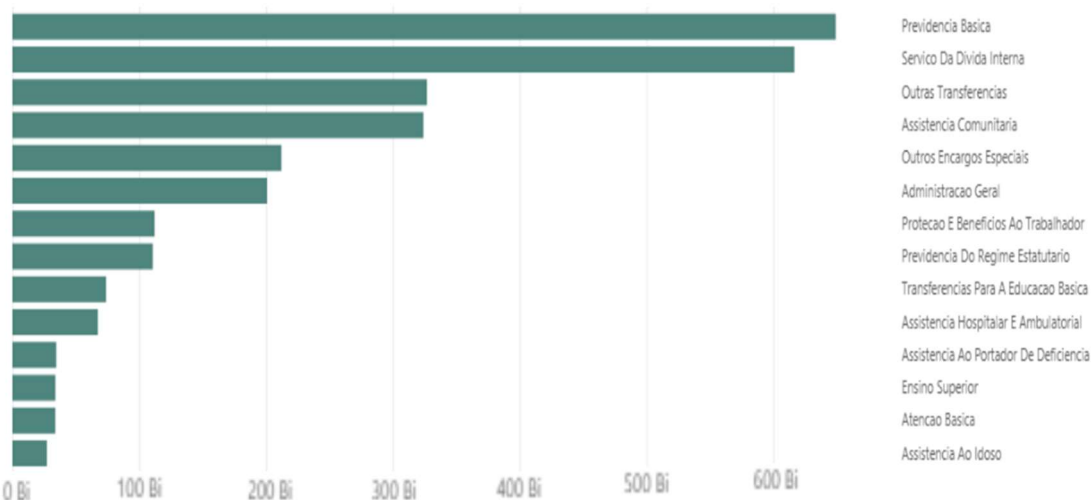
Figura 2 – Comparativo da Execução Orçamentaria por grupo (valores pagos)



FONTE: Tesouro Nacional (2021).

Neste relatório, o BID demonstra que o gasto público na América Latina e no Caribe aumentaram, em média, 7% nas últimas duas décadas, porém, tal crescimento não se refletiu em aumentos semelhantes ao nível de capital físico e humano destas economias, nem mesmo em benefícios sociais duradouros. Na Figura 3 a seguir, revela um demonstrativo das maiores subfunções dentro da execução das despesas nacionais, observa-se que somadas os custos com a Previdência Social e com o Serviço da Dívida Interna, ultrapassam os R\$1,2 Trilhões gastos em média, anualmente.

Figura 3 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Subfunção



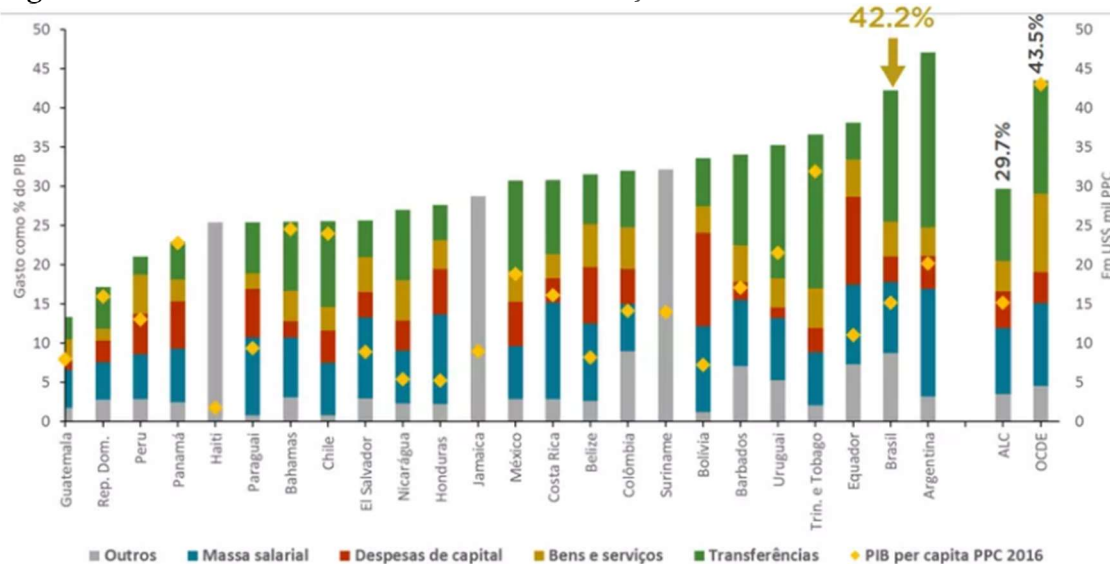
FONTE: Tesouro Nacional (2021).

De acordo com este relatório do BID, o gasto público geral consolidado das economias da América Latina e no Caribe, representa em média, 29,7% do PIB, o que comparado a países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), representa um pouco mais da metade do que os 43,5% em média, destes que são os países mais desenvolvidos, este comparativo pode ser observado através da Figura 4..

Quando se observa as principais economias do mundo, nota-se que a economia brasileira contabilizou o maior aumento do gasto público no período que vai da crise do *subprime* em 2008, até às vésperas da pandemia do novo coronavírus. Durante esse período, a despesa conjunta de União, dos estados e dos municípios, aumentou de 29,5% para 41% do PIB, isto sem incluir os encargos com juros. Assim, o choque financeiro de 2008 deu início à uma política intervencionista iniciado nas administrações do Partido dos trabalhadores (PT), e que só se desacelerou, com a adoção do teto dos gastos para a despesa federal em 2016 (PATU; CUCOLO, 2020)

Uma contribuição para a pesquisa seria analisar os gastos do governo separadamente nos dois mandatos analisados, assim como sua alocação de recursos e gastos governamentais em diversos setores e os impactos gerados no crescimento do PIB e evolução do bem estar social.

Figura 4 - Gasto Público Consolidado em Relação ao PIB das Economias Latinas (2016)



FONTE: BID, 2019.

Na visão do BID, o grau de desenvolvimento econômico do país é fortemente estabelecido pela eficiência com que se dá os gastos públicos em uma economia. Na economia brasileira, porém, o gasto público soma 42,2% em relação do PIB de 2016, ou seja, possui patamares que se diferem da média encontrada pelas economias da América Latina e do Caribe. Porém, segundo o estudo, esta medida seria melhor representada pelo PIB per capita, pois considera os efeitos da distribuição de renda em seus cálculos.

Ainda segundo o estudo, além de suas altas somas, os gastos públicos no Brasil também são ineficientes. Como relatado neste trecho:

Essas ineficiências podem representar um prejuízo de até US\$ 68 bilhões por ano, ou o equivalente a 3,9% do PIB do país. Isso significa que há amplo espaço para melhorar os serviços oferecidos à população sem implicar em aumento dos gastos públicos (BID, 2019, p. 1).

Portanto, devido ao aumento nos gastos do Estado, e sua relevante função na economia, este trabalho pretende além de analisar qual a relação que os gastos dos governos (mais especialmente nos setores da assistência social, previdência social e educação), possuem com as taxas de crescimento do PIB per capita da economia brasileira.

1.3 OBJETIVOS

1.4 Objetivo Geral:

Analisar a relação entre gastos do governo em duas gestões dos dois presidentes, dos anos de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, respectivamente.

1.5. Objetivo Especifico:

- Verificar em quais áreas os gastos afetaram mais a economia.
- Mostrar os efeitos dos gastos públicos na economia brasileira no período de 1995 até 2010, realizar uma análise comparativa entre os governos.

2. REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

Lindauer e Velenchik (1992), relatam que ao longo do século XX, os governos gastaram proporções cada vez maiores no total de suas rendas nacionais, e que os gastos do governo como parcela do PIB nas economias em desenvolvimento, em média, são menores do que as parcelas das economias desenvolvidas.

Os autores, porém, não encontraram correlação forte entre gastos do governo e o crescimento econômico, mas apresentaram vários efeitos da influência dos gastos públicos em relação a evolução das taxas de crescimento, tais como, ideologia, demografia, elasticidade-renda positiva para bens públicos, como também o custo crescente dos bens públicos em relação aos bens privados.

Devarajan, Swaroop e Zou (1996), demonstraram que gastos aparentemente produtivos, podem se reverter para improdutivos caso sejam realizados com excesso, e que esta relação é fortemente encontrada em países em desenvolvimento, e pouco encontrada em nós já desenvolvidos.

Onde a principal razão explicada pelos autores está na má alocação dos recursos públicos por parte dos governos emergentes, que priorizam os gastos em capital, em detrimento aos gastos correntes, enquanto que, as nações já desenvolvidas fazem o oposto. A amostra deste estudo compreende em 43 países em desenvolvimento, durante o período que se estende de 1970 até 1990.

Em Cândido Júnior (2001), a análise da relação entre gasto público e crescimento econômico no Brasil foi testada empiricamente para um período que se estende de 1947 até 1995, onde capta de forma agregada o balanço líquido da participação dos gastos públicos sobre o PIB. Segundo a pesquisa, a proporção do gasto público no país esteve além de seu nível ótimo, e que há indícios de baixa produtividade nos gastos.

Rocha e Giuberti (2007), examinou quais foram os componentes do gasto público que influenciaram o crescimento econômico dos Estados brasileiros durante os anos de 1986 até 2003. Através de um modelo de dados em painel, os autores concluíram que os gastos realizados com capital, educação, defesa, transporte e comunicação, tiveram efeito positivo e estatisticamente significantes, porém, gastos realizados em saúde também apresentaram efeitos positivos no crescimento econômico, porém a variável não apresentou significância estatística. Já os gastos correntes, afirmaram que estes são produtivos em até um limite de 61% da despesa orçamentária.

Divino e da Silva Junior (2012), analisaram a relação entre as despesas públicas correntes e de capital sobre a variação da renda per capita em municípios brasileiros durante o período de 1991 a 2000.

Os autores utilizaram como base de referência o modelo de Devarajan et al (1996), na verificação de variáveis estruturais como, educação, distribuição de renda, violência, e política fiscal para entender as suas relações com o crescimento econômico local. Segundo o trabalho, municípios com renda abaixo da linha de pobreza necessitam de maiores gastos correntes do que municípios acima da linha da pobreza estabelecida pelo Banco Mundial.

Acosta-Ormaechea e Morozumi (2013), buscaram estudar os efeitos provocados pela realocação dos gastos do governo no crescimento do PIB sob um fator de longo prazo. Através de estimadores de painel dinâmico do Método Generalizado de Momentos, que incluíam dados de 56 países, onde 14 eram de baixa renda, 16 de média e 26 de alta renda per capita, para um período de 40 anos, que se estende de 1970 até 2010. O trabalho forneceu conclusões de que existe uma relação significativa sob a realocação dos gastos públicos, em especial, gastos em defesa, saúde, proteção social e infraestrutura, com relação ao crescimento do PIB a longo prazo.

Já em Silva e Triches (2014), verificou-se o efeito dos gasto público sobre o crescimento do PIB brasileiro através de uma metodologia baseada em testes de Dickey-Fuller Aumentado (DFA) e Phillips e Perron (PP), assim como no teste de Causalidade de Granger e no método de Cointegração de Engle e Granger e Johansen, sob o período amostral que compreende de 1980 a 2005. Os autores evidenciaram que as despesas realizadas em comunicação, transporte, saúde, saneamento, energia e recursos naturais podem ser consideradas como produtivas, porém, gastos realizados com educação, defesa e segurança nacional, não obtiveram significância estatística.

Costa (2019), teve como principal objetivo, analisar o impacto do gasto público com o crescimento do PIB brasileiro através das determinantes de nível educacional e desigualdade de renda, sob o período que se estendeu de 1992 a 2011. Através de um índice agregado, o autor representou os gastos públicos, e utilizou-se para isto, a técnica multivariada de Análise de Componentes Principais (ACP).

Analisando o caso brasileiro do início da década de 1980, as políticas econômicas implementadas no país se baseavam em ideias ortodoxas. Tais praticas buscavam diminuir os gastos do governo ao mesmo tempo em que aumentavam a arrecadação. Contudo, com a

redemocratização e a chegada de Jose Sarney na presidência da República em 1985, o trato com a política econômica começou a se tornar heterodoxa (MODIANO, 2015).

Práticas desaprovadas pelo FMI foram adotadas, como o aumento do déficit público e uma moratória na dívida externa da nação. Como o FMI obrigava o país a manter regras duras de ortodoxia econômica como condição principal para manter aberta as linhas de crédito internacional para às necessidades da economia brasileira, e devido aos altos índices de inflação, e a desaceleração da economia, o governo começou a ter sérios problemas para rolar a sua dívida. Assim, a estratégia adotada para que o governo conseguisse efetuar os pagamentos da dívida externa, foi baseada na emissão de títulos da dívida pública interna e na emissão de papel moeda, o que acabou piorando a manutenção do serviço da dívida externa, e alimentando as chamas da inflação (ABREU; WERNECK, 2015).

Buscando adequar a economia brasileira ao Consenso de Washington, o governo de Fernando Collor (março de 1990, a dezembro de 1992) praticou a abertura comercial através da desregulamentação da economia e da privatização de algumas estatais. Além de tentar conter o processo de hiperinflação, ao mesmo tempo em que resolvia o problema da dívida externa, que havia prejudicado ainda mais o ambiente econômico brasileiro daquela época (GIAMBIAGI, 2005).

Porém, foi a partir da estabilização da moeda alcançada com o Plano Real, e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que os gastos públicos começaram a ser de fato controlados no Brasil, e o contexto de exagerada desorganização das finanças públicas, começa a se alterar. A LRF introduziu desta forma, inovações na contabilidade pública e na execução orçamentária, ao introduzir limites para as despesas do exercício, assim como para o endividamento. Tal lei provocou uma mudança significativa na maneira de conduzir a gestão financeira dos governos federal, estaduais e municipais, e deu mais credibilidade ao país (GIUBERTI, 2005).

Para que se financie os gastos públicos, o Estado recolhe tributos como sua principal fonte de receita. Porém, além da tributação, os governos também podem financiar seus gastos através de emissão monetária. Contudo, como demonstrado através da Teoria Quantitativa da Moeda², o excesso de moeda em circulação acarreta em sua desvalorização perante outras moedas, que é consequente a emissão monetária “descontrolada”, e devido a tal fato, observa-se um crescimento nas taxas de inflação (FERNANDEZ, 2014).

² Defende que o nível dos preços na economia é determinado pela quantidade de moeda em circulação e pela sua velocidade com que circula.

Conforme especificado em Fernandez (2014), os tributos se distinguem em três espécies diferentes, os impostos, as taxas, e as contribuições. O imposto é caracterizado como qualquer tipo de tributo na qual há obrigação em seu pagamento, mesmo que não exista uma contrapartida específica do Estado, e são usados para financiar os diversos tipos de gastos com a oferta de bens públicos “puros”, como a iluminação e o saneamento. Os impostos são classificados em três esferas de arrecadação, impostos da União, como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), impostos dos estados, como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), e por fim, impostos dos municípios, como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Propriedade (ITP).

As taxas, são tributos instituídos como forma de remunerar um determinado serviço do Estado, e são cobrados apenas dos contribuintes que se utilizam deste serviço em específico. Já as contribuições, podem ser classificadas em dois tipos, especial; onde possui destinação específica há um determinado grupo ou atividade, como no caso das contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e de melhoria; que se referem às contribuições vinculadas a algum projeto em que resulte algum benefício para o contribuinte, como por exemplo, alguma obra pública que valorize o imóvel do mesmo.

Os tributos podem ser diretos; quando incidem diretamente sobre os rendimentos dos agentes econômicos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, como por exemplo, de tributos o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), ou indiretos; quando incidem indiretamente sobre os bens e serviços ofertados aos indivíduos, como por exemplo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (GARCIA; VASCONCELOS, 2017).

Estas duas formas de distribuição dos tributos são de grande relevância para a estrutura tributária de uma economia, já que o peso com que o Estado carrega cada um, revela a maneira como os cidadãos são atingidos pela tributação. Se a participação relativa dos impostos indiretos na arrecadação total do Estado for predominante, maior será a abrangência do imposto, já que a capacidade de captação de recursos pelo governo, atingirá indiscriminadamente todos os indivíduos da sociedade, isto porque esse tipo de imposto recai predominantemente sobre o consumo de bens e serviços (FERNANDEZ, 2014).

Porém, quando a representação dos impostos diretos for predominante, o sistema de tributação estará arrecadando mais volume de recursos das fontes de renda, como os lucros, e

os salários. Com isto, dependendo da proporção das participações relativas dos tributos (diretos e indiretos) no “bolo” da arrecadação fiscal, o sistema tributário está onerando mais uma camada da população do que outra, ou seja, no caso indireto, as camadas sociais menos favorecidas serão mais penalizadas graças a inflação, e no caso direto, as camadas mais desenvolvidas irão ter que desembolsar uma parcela maior no pagamento dos tributos, já que possuem receitas maiores (MUZZACATO, 2014).

2.1 Lei de Wagner

Buscando fornecer uma explicação a respeito do crescimento das atividades do Estado, e conseqüentemente de seus gastos, Adolf Wagner desenvolveu na década de 1950 uma teoria que conclui que, à medida que a produção e a renda per capita aumentava nos países desenvolvidos, as respectivas atividades do Estado tendiam a aumentar mais do que proporcionalmente quando comparados com os aumentos da renda per capita (SANTOS, 1986).

Conforme exposto em Fernandez (2014), para explicar sua teoria, Wagner apresentou três argumentos principais; no primeiro, argumentou que o processo de industrialização nos países desenvolvidos, gerou um aumento na divisão do trabalho e, com isto, criou uma maior complexidade nas relações legais entre empregados e empregadores, dando origem as leis trabalhistas. Devido a este processo, o Estado precisou então, aumentar suas intervenções nas relações socioeconômicas para gerenciar os atritos. E somado ao processo de industrialização, também ocorreu o processo de urbanização, que acarretou em um incremento nas demandas por gasto público dentro das sociedades, já que a demanda por serviços públicos aumentou devido ao aumento da população urbana, assim, maiores gastos com à educação, saúde, saneamento básico e o transporte urbano se fizeram necessários.

Já o segundo argumento de sua teoria diz respeito às elasticidades renda da demanda (ERD) pelos bens públicos (segurança pública, saúde, educação, entre outros). Bens públicos apresentam elasticidade maior do que 1, e desta forma são considerados bens superiores, ou seja, são elásticos com relação à renda, aumentando conforme acontece o crescimento na renda dos Estados. Com a elevação na renda geral da sociedade, como a que ocorreu com o processo de industrialização nos países considerados desenvolvidos, ocorre uma conseqüente tendência de elevação em seu nível de escolaridade, assim como de cultura e recreação e, devido a tal

relação, aumenta “as pressões em favor de um incremento da oferta de bens públicos”. Ou seja, quanto maior for a produção de um Estado, maior será a demanda por bens públicos.

Em seu terceiro argumento, ‘Wagner relata sobre às mudanças tecnológicas e as escalas crescentes de produção, que contribuíram para o surgimento de monopólios naturais³. O Estado adquire então um papel de estabilidade, ao regular em prol de coibir abusos e controlar estes setores através de fiscalização e imposição de multas (FERNANDEZ, 2014).

Porém, a utilização do vocábulo lei para designar sua teoria é por vezes, objeto de críticas, já que tal fenômeno de expansão não é verificado em alguns casos concretos, como relatado em Santos (1986), onde a “Lei de Wagner não possuiria, assim, o rigor das leis naturais e estar-se-ia, pois, perante uma designação impropria”.

Em Prado & Fatima Almeida (2021), a Lei de Wagner é testada através de modelos de dados em painel que avaliaram a evolução das despesas públicas em um conjunto de quinze países latino-americanos, durante o período de 2001 a 2012. Os resultados apresentados pelos autores contestam a validade da “Lei”, e indicam a presença de efeitos de ilusão fiscal, assim como a tendência de expansão do dispêndio público com bens privados, que acabam por beneficiar determinados grupos de interesse.

³ É um tipo de monopólio em que os altos custos de infraestrutura e algumas outras barreiras à entrada de novas empresas no setor, dão ao maior produtor de uma indústria, (frequentemente o primeiro do setor) uma imensa vantagem sobre seus concorrentes em potencial (BERG, 1988).

3. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre gastos públicos e crescimento econômico, relacionados ao PIB per capita nacional, durante os anos de 1995 até 2010. Possui caráter descritivo e metodológica.

Para a construção do banco de dados utilizado, foi necessário extrair os dados a respeito dos gastos públicos (Assistência Social, Previdência Social, Educação e Cultura) no site do Tesouro Nacional, através do arquivo “Despesa da união por função”, disponibilizado no site da instituição. Já para extrair os dados do PIB per capita, foram utilizados os arquivos disponibilizados pelo IBGE através de seu endereço eletrônico.

Posteriormente a coleta dos dados, desenvolve-se em Excel, uma tabela compilando as duas classes de dados em uma base única, e estabelecendo um banco de dados balanceado e deflacionando pela Correção IGP-M (FGV).

Como instrumento de análise, optou-se por realizar um estudo descritivo dos gastos públicos par ambos os governos estudados, através de uma comparação ao longo do período de análise.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

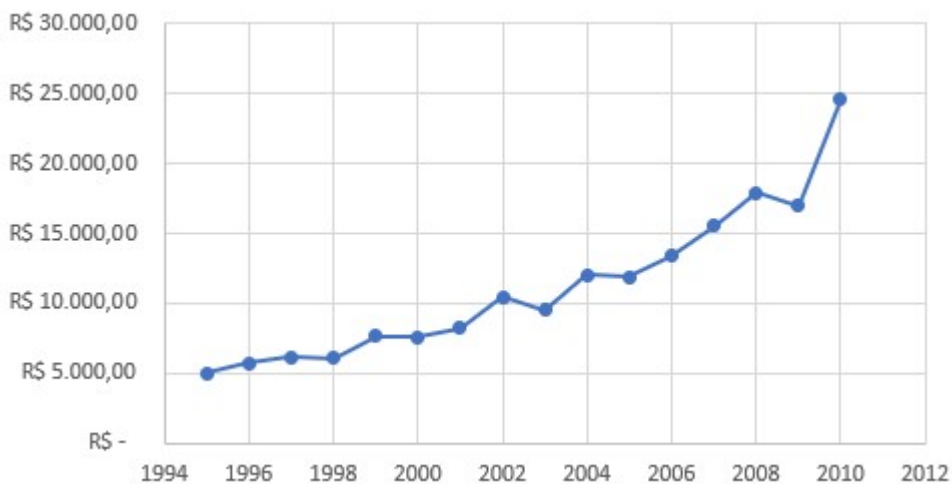
Essa seção descreve os principais resultados da pesquisa, em são apresentados as análises descritivas, bem como uma comparação entre os governos estudados ao longo do período de análise.

4.1 Análise Descritiva

Observando a evolução do PIB *per capita*, tanto no governo FHC, quanto no governo Lula, foi realizado uma análise graficamente com dados deflacionados mês a mês em R\$ pela Correção IGP-M (FGV) coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com uma amostra do número de anos percorridos nos dois mandatos analisados – 16 anos. O PIB *per capita* é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e indica quanto cada habitante produziu em determinado período, levando em conta que todas as pessoas tivessem “partes iguais”, segundo o IBGE.

O Gráfico 1, apresenta a evolução para o governo FHC e Lula durante os 16 anos percorridos, onde o PIB *per capita* cresceu 91,39% no governo FHC, a uma média de 11,42% ao ano. Já durante o governo Lula, o PIB *per capita* cresceu 109,73%, a uma média anual de 13,72%, representando um aumento 18,3% maior do que o crescimento do PIB *per capita* no governo FHC.

Gráfico 1 - Evolução do PIB *per capita* no Governo FHC e Lula(em R\$)



FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

No gráfico pode se observar o salto de crescimento do PIB per capita de 2009 para 2010, onde cresce 7,5% comparado com o resultado do PIB de outros países, a alta do Brasil é superior à dos Estados Unidos, que foi de 2,8%, e da União Europeia, com 1,7%. Segundo dados divulgados pelo IBGE, no quarto trimestre de 2010, a alta foi de 0,7% em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo período de 2009, a variação foi de 5%. O PIB per capita ficou em R\$ 19.016, apresentando uma alta de 6,5%, em volume, em relação a 2009, quando foi de R\$ 16.634. Para o economista e professor da PUC-SP Antônio Corrêa de Lacerda, um dos fatores que contribuíram para o bom resultado de 2010 foi o conjunto de medidas adotadas pelo governo em 2009, quando houve aumento de gastos públicos, redução de impostos e expansão do crédito, o que contribuiu para um aumento do consumo.

Na Tabela 1 se verifica a média, o máximo, o mínimo e o desvio padrão do crescimento do PIB per capita com dados deflacionados pela Correção IGP-M (FGV) e coletados pelo IBGE nos 16 anos analisados.

A média é a média dos dados, que é a soma de todas as observações divididas pelo número de observações. Utilizamos a média para descrever a amostra com um único valor que representa o centro dos dados. O valor máximo é o maior valor de dados analisados. O valor mínimo é o menor valor observado no conjunto de dados.

O desvio padrão é a medida mais comum de dispersão, ou o quanto os dados estão dispersos sobre a média. Utilizamos o desvio padrão para determinar o grau de dispersão dos dados a partir da média. Um valor de desvio padrão mais alto indica maior dispersão nos dados.

Tabela 1 - Média, Máximo, Mínimo e Desvio Padrão do crescimento do PIB per capita (R\$)

Média	11162,24
Máximo	24552,06
Mínimo	5018,98
Desvio Padrão	5406,32

FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

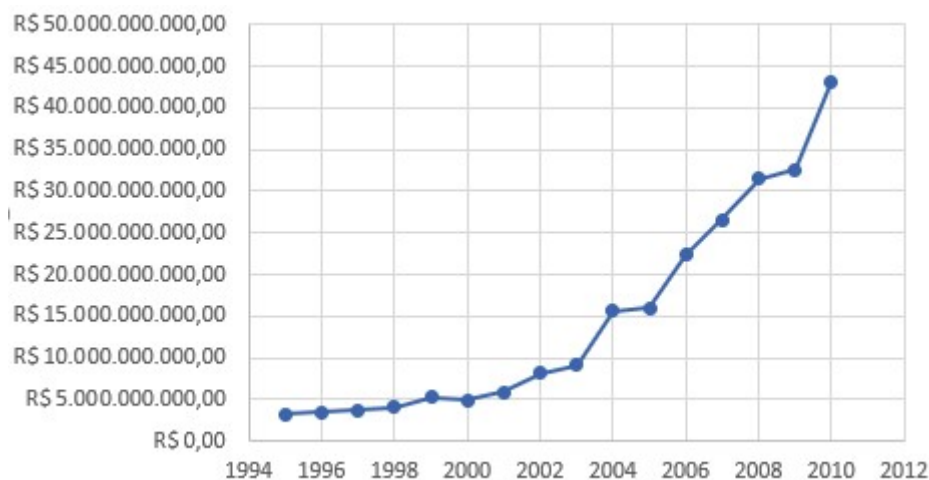
O desvio padrão apresentado para o PIB per capita é de 5406,32 reais, sendo o menor valor apresentado para a amostra de 16 anos (1995 – 2010), igual a 5018,98 reais e seu máximo valor no período foi de 24552,06 reais. Percebe-se que a taxa de crescimento do PIB per capita

se manteve em elevação durante todos os anos, crescendo 357% durante todo o período destes governos (1995 – 2010), a uma média de 22,34% ao ano.

Em sentido mais amplo, pode-se dizer que uma política social busca: (i) proteger os cidadãos mediante a segurança social que tem como ideia-força a solidariedade aos indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência, ou vulnerabilidade, entre as quais se podem citar: (a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual; (b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano – crianças e idosos, por exemplo; e (c) situações de risco, como em caso de acidentes – invalidez por acidente etc; e (ii) realizar a promoção social mediante a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais (IPEA,2012).

O papel da assistência social no governo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. A evolução desse gasto se verifica no Gráfico 2, o governo de FHC cresceu 151,79% durante os oito anos. É importante ressaltar a magnitude de expansão dos gastos do governo Lula com assistência social, que saltaram a uma expansão de 360,71%.

Gráfico 2 - Evolução dos gastos com Assistência Social no Governo FHC e Lula(em R\$)



FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

Na Tabela 2 se verifica a média, o máximo, o mínimo e o desvio padrão do crescimento dos gastos com Assistência Social com dados deflacionados pela Correção IGP-M (FGV) com dados coletados pelo IBGE nos 16 anos analisados.

Tabela 2 – Análise descritiva dos gastos com Assistência Social (R\$)

Média	14715523085,34
Máximo	43165826456,6
Mínimo	3256987473,67
Desvio Padrão	12756503169,04

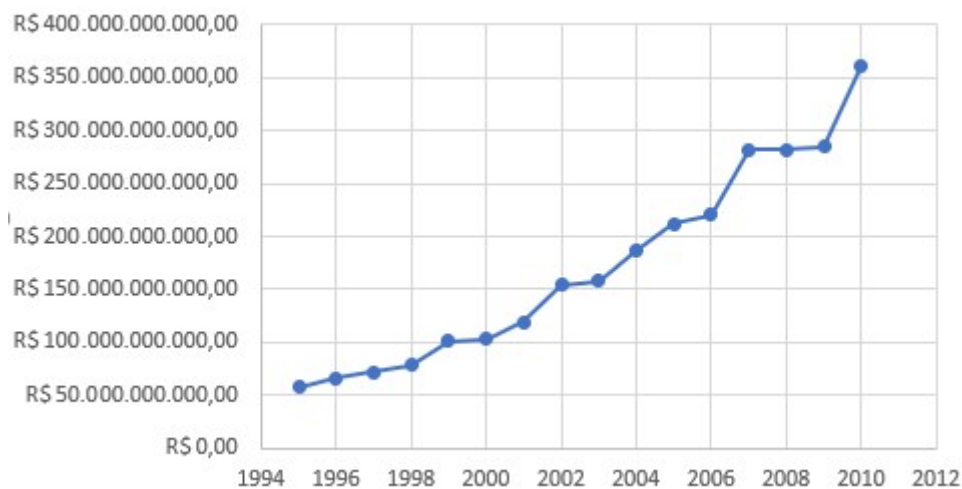
FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

O desvio padrão apresentado para o Assistência Social é de 12756503169,04 reais, sendo o menor valor apresentado para a amostra de 16 anos (1995 – 2010), igual a 3256987473,67 reais e seu máximo valor no período foi de 43165826456,60 reais, com uma média de 14715523085,34 reais.

O gasto com assistência social foi a que obteve maior crescimento dos gastos relativo ao seu volume de recursos nos anos de 1995 à 2010. É fundamentalmente relacionado à expansão das políticas de garantia de renda, o surgimento das políticas de transferência de renda, e logo em seguida, a criação e ampliação do programa Bolsa Família no final de 2003. A área de assistência social multiplicou seus recursos e sua participação na composição dos gastos federais, partindo de patamar inferior a 0,1% do PIB em 1995, alcançando 0,5% em 2001 e 0,9% em 2006.

O benefício da Previdência Social é garantir ao trabalhador segurado uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar. No gráfico 3 é apresentada a evolução dos gastos durante os governos de FHC e Lula nos anos de 1995 até 2010.

Gráfico 3 - Evolução dos gastos com Previdência Social no Governo FHC e Lula(em R\$)



FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

Essa trajetória de crescimento, embora permanente, não foi homogênea. Há momentos

mais lentos como 2002/2003 e 2007/2008 e outros mais velozes como 2006/2007 e 2009/2010. Na Tabela 3 se verifica a média, o máximo, o mínimo e o desvio padrão do crescimento dos gastos com Previdência Social com dados deflacionados pela Correção IGP-M (FGV) com dados coletados pelo IBGE nos 16 anos analisados.

Tabela 3 – Análise descritiva dos gastos com Previdência Social (R\$)

Média	169276595332,69
Máximo	361969394390,68
Mínimo	57610845119,30
Desvio Padrão	92160295407,51

FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

O desvio padrão apresentado para o Previdência Social é de 92160295407,51 reais, sendo o menor valor apresentado para a amostra de 16 anos (1995 – 2010), igual a 57610845119,30 reais e seu máximo valor no período foi de 361969394390,68 reais, com uma média de 169276595332,69 reais.

Já quanto a evolução dos gastos com previdência social no governo Lula, as expansões foram de 123,50% em comparação com o governo FHC que foram de 146,49%.

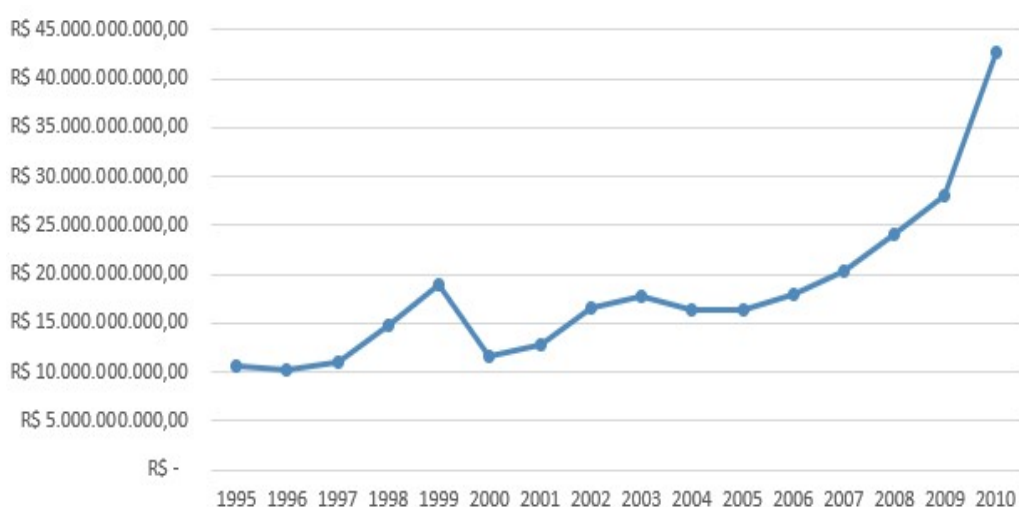
O valor gasto pelo governo federal por cidadão com políticas sociais mais que dobrou em termos reais entre 1995 e 2010, passando de R\$ 1.471,46 para R\$ 3.324,84 per capita, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os gastos sociais federais cresceram de R\$ 179,8 bilhões para R\$ 312,4 bilhões entre 1995 e 2005, com um incremento de 74% no período, agregando valores da ordem de R\$ 11 bilhões ao ano, em média, às políticas sociais. Somente a Previdência Social elevou as suas despesas de R\$ 79,6 bilhões para R\$ 158 bilhões, com uma média de crescimento em torno de 7% ao ano, ampliando a sua participação nos gastos sociais de 44% para 51% no mesmo período. Tal crescimento é explicado pelo substancial expansão na proteção proporcionada por esta área da política social. O número de beneficiários atendidos ampliou-se consideravelmente, de 14,5 milhões em 1995 para 21,1 milhões em 2005. Além disso, o poder aquisitivo do piso do benefício também melhorou: por estar vinculado ao salário-mínimo, teve um aumento real próximo a 60% no mesmo período. (IPEA,2007).

Alguns estudos anteriores mostram que, embora ainda sejamos um país jovem, gastamos com previdência o mesmo que gastam países desenvolvidos e com estrutura etária já envelhecida e para custear tal nível de despesas, é aplicado elevadíssimas alíquotas de contribuição previdenciária. O maior propulsor das elevações dessas despesas é a indexação do

piso previdenciário ao salário mínimo. Nos anos de 1995 a 2010, o salário mínimo teve um aumento real de 122% (44% no governo FHC e 54% no governo Lula), isso significa que o valor do piso foi elevado na mesma proporção.

No Gráfico 4 se observa que os gastos com Educação no governo Lula foram de 169,12% e no governo de FHC foram 44,3%. Assim, o governo Lula investiu 3,8 vezes a mais em Educação do que o governo FHC, e estes valores se refletiram no aumento 18,3% maior no PIB per capita, que em comparação ao seu antecessor.

Gráfico 4 - Evolução dos gastos com Educação no Governo FHC e Lula(em R\$)



FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

Comparando com o Gráfico 1 da evolução do PIB per capita que foi de contínuo aumento, a trajetória do gasto com Educação assume um desenho diferente do esperado. Os momentos cruciais de desaceleração do crescimento do gasto com Educação, ocorridos em 1999/2000 são observados graficamente.

Os gastos federais em educação entre 1995 e 2010 foram marcados por dois momentos bastante distintos. O primeiro percebe-se no período 1995/1999, no qual as despesas em educação aumentaram consideravelmente. O segundo momento, correspondendo ao período 1999/2001, caracterizado pela diminuição nas despesas em educação, resultando em uma queda brusca. Além disso, esse valor registrado em 2000, será ultrapassado somente dez anos depois.

A explicação para o declínio dos gastos em educação pelo governo federal no período 1995/2010, está no ajuste fiscal que o País implementou após o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 1998. Esse acordo estabelecia que o setor público deveria evitar o aumento da dívida pública e uma variável de ajuste para esse objetivo foi a redução nos gastos em educação.

Na Tabela 4 se verifica a média, o máximo, o mínimo e o desvio padrão do crescimento dos gastos com Educação com dados deflacionados pela Correção IGP-M (FGV) com dados coletados pelo IBGE nos 16 anos analisados.

Tabela 4 – Análise descritiva dos gastos com Educação (R\$)

Média	18124822499,50
Máximo	42615695581,27
Mínimo	10136180078,29
Desvio Padrão	8158752056,66

FONTE: Resultados da Pesquisa, 2021.

O desvio padrão apresentado para o Educação é de 8158752056,66 reais, sendo o menor valor apresentado para a amostra de 16 anos (1995 – 2010), igual a 10136180078,29 reais e seu máximo valor no período foi de 42615695581,27 reais, com uma média de 18124822499,50 reais.

Segundo dados do IPEA(2006) no estudo “Gasto com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda”, o gasto com a educação e saúde são os que mais contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O programa Bolsa Família, implementado no ano de 2003 pelo então governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem impacto na redução da desigualdade social. "Para cada 1% a mais investido em educação e saúde, há um efeito multiplicador que aumenta em 1,78% o PIB e em 1,56% a renda das famílias".

A Assistência Social teve grande contribuição para a ampliação dos gastos sociais nos dois mandatos, superando as despesas com a Educação. Os gastos federais com Educação percorreram uma trajetória de crescimento muito mais lenta no período analisado, perdendo importância relativa no conjunto das políticas sociais federais, em termos de volume de recursos.

O Ipea ressaltou que a área de assistência social, que engloba ações de transferência de renda, como o Bolsa Família, foi "sem dúvida" o setor que obteve o maior crescimento relativo na obtenção de recursos. No período pesquisado, a assistência social teve seus recursos multiplicados, partindo de 0,1% do PIB em 1995 até chegar a 1,07% do PIB em 2010. Em 2004, a assistência social foi a quarta área mais importante em termos de aplicação de recursos federais, superando inclusive a educação. Naquele ano, a assistência social recebeu R\$ 21,4 bilhões de recursos e a educação ficou com R\$ 20,7 bilhões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns estudos anteriores mostram que, embora ainda sejamos um país jovem, gastamos com previdência o mesmo que gastam países desenvolvidos e com estrutura etária já envelhecida e para custear tal nível de despesas, é aplicado elevadíssimas alíquotas de contribuição previdenciária, que vão de 7,5% a 14%.

Uma vertente a ser analisada é o aumento das políticas voltadas à desconcentração de renda, ao aumento do nível educacional, e ao crescimento da oferta de emprego que podem levar a resultados positivos no crescimento econômico de um país. Com as pesquisas realizadas pode se dizer que o aumento da produção e a renda per capita, as respectivas atividades do Estado tendem a aumentar mais do que proporcionalmente quando comparados com os aumentos da renda per capita já que a demanda por serviços públicos aumenta devido ao aumento da população urbana, assim, maiores gastos com à educação, saúde, saneamento básico e o transporte urbano se fazem necessários.

No processo de industrialização conseqüentemente houve um aumento da renda geral da sociedade e tende a elevar o nível de escolaridade e cultura, tendo impacto na oferta de bens públicos.

A análise dos gastos públicos e otimização de investimentos abre espaço para uma política de avaliação detalhadas dos programas implementados nos mandatos analisados e seus pontos positivos e negativos em relação ao crescimento econômico.

Percebe-se que a dinâmica das diversas políticas que integram os gastos do governo com as variáveis destacadas não é homogênea, pois cada área de atuação tem um ritmo de crescimento distinto, que responde a questões intrínsecas a elas.

O conjunto de resultados e análises metodológicas sugere que a proporção de gasto público no Brasil está acima dos retornos esperados e crescimento econômico. Pensando na qualidade dos gastos públicos a solução estaria na melhor alocação dos recursos financeiros, compreendendo essencialmente a racionalização e priorização da eficiência, da eficácia, da equidade e da sustentabilidade das políticas públicas. Se concretizando essa melhor alocação de recursos financeiros, seria benéfico para o ambiente de negócios e aumentaria o nível de bem estar da sociedade.

O grande desafio para o atual governo brasileiro é tornar a educação brasileira uma prioridade nacional, pois até então não foi prioridade pelo Governo Federal nos anos analisados. Para essa concretização é necessário diminuir as despesas financeiras da União, permitindo,

assim, ampliar o orçamento para a educação. A melhor eficiência nos gastos públicos poderia estar na realocação de recursos e na análise de dados, tendo como base trabalhos baseados em produtividade de variáveis ao longo dos anos e identificando a ineficiência em alguns setores específicos em busca de resultados satisfatórios. Se torna importante analisar quais os gastos produtivos e improdutivos de cada governo e seus efeitos sobre a carga tributária e eficiência.

A população brasileira está envelhecendo a uma velocidade maior do que a dos países do Velho Mundo, que, ao contrário de nós, enriqueceram antes de envelhecer e não são reféns da garantia de um benefício. Como resultado desse processo de envelhecimento, a proporção de idosos na população total do Brasil triplicará nos próximos 40 anos e o impacto desse envelhecimento nos gastos com a Previdência Social é enorme.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso Edição Atualizada: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Elsevier Brasil, 2015.

ABREU, Marcelo de Paiva; WERNECK, Rogério L. F. **“ESTABILIZAÇÃO, ABERTURA E PRIVATIZAÇÃO: 1990-1994”** A Ordem do Progresso. Elsevier Brasil, 2015.

ACOSTA-ORMAECHEA, S.; MOROZUMI, A. Can a government enhance long-run growth by changing the composition of public expenditure? IMF Working Paper, v. 13, n. 162, p. 1-44, 2013.

AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. **Public sector efficiency: an international comparison**. Public Choice, v. 123, p. 321-347, 2005.

_____. **Public sector efficiency: evidence for new EU members states and emerging markets**. European Central Bank, 2006 (Working Paper, n. 581).

AMARAL, Oswaldo. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 4, p. 105, 2010.

ASSIS, Dércio Nonato Chaves de; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim. **“GASTOS PÚBLICOS PROMOVEM CRESCIMENTO ECONÔMICO? EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA ECONOMIA CEARENSE UTILIZANDO VETORES AUTOREGRESSIVOS COM CORREÇÃO DE ERRO”**. Textos para Discussão n°117, IPECE. 2016.

BACHA, Edmar. Plano Real: uma segunda avaliação. **En: O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização-Brasília: IPEA/CEPAL, 1997-p. 177-204**, 1997.

BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Annibal V. **As modificações no papel do Estado na economia brasileira**. 1973.

BARRO, R. J. **“Economic growth in a cross-section of countries”**. The Quarterly Journal of Economics, 106:407–444. 1990.

Berg, Sanford; John Tschirhart (1988). **Natural Monopoly Regulation: Principles and Practices**. Cambridge University Press. [S.l.: s.n.] ISBN 978-0-521-33893-6

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **“Better Spending for Better Lives: How Latin America and the Caribbean Can Do More with Less”**. Expenditures, Public-Latin America. 2019. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.18235/0001217-en>>

BID; IZQUIERDO, Alejandro et al. **Melhores gastos para melhores vidas: Como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos**. Inter-American Development Bank, 2019.

BID. **“Gastos públicos ineficientes no Brasil chegam a 3,9% do PIB: estudo do BID”**. COMUNICADOS DE IMPRENSA 07/05/2019. Disponível em: < [31](https://www.iadb.org/pt/gastos-publicos-ineficientes-no-brasil-chegam-39-do-pib-estudo-do-bid#:~:text=No%20caso%20do%20Brasil%2C%20essas,em%20aumento%20dos%20gastos%20p%C3%BAblicos.></p></div><div data-bbox=)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O caráter cíclico da intervenção estatal. *Jornal brasileiro de política econômica*, v. 9, n. 3, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 47, pág. 21-29, setembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300003>.

CÂNDIDO JR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? *Revista planejamento e políticas públicas* ppp, n. 23, p. 233-260, 2001.

CONTI, José Mauricio; CARVALHO, André Castro. O controle interno na Administração Pública brasileira: qualidade do gasto público e responsabilidade fiscal. *Direito Público*, v. 8, n. 37, 2011.

COSTA, Daniel Sousa. O impacto dos gastos públicos no crescimento econômico do Brasil (1995 a 2011). 2019.

DEMIRBAS, S. **Cointegration analysis, causality testing and Wagner's law: the case of Turkey, 1950-1990**. Annual Meeting of the European Public Choice Society. (Abril: 7-10, 1999)

DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*, 37, 313-344, Washington, DC, USA, 1996.

DIVINO, J. A.; DA SILVA JR, R. L. S. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros. *Revista EconomiA*, Brasília, v.13, n.3, p.507–528, 2012.

Fernandez, Brena Paula Magno. “Economia do Setor Público”. Florianópolis: UFSC, Centro Sócio Econômico, Departamento de Ciências Econômicas, 2014.

GARCIA, MANUEL ENRIQUEZ; VASCONCELOS, MARCO A. SANDOVAL. **Fundamentos de economia**. Saraiva Educação SA, 2017.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda. **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier Brasil, 2005

GIUBERTI, Ana Carolina et al. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros. *Anais do XXXIII Encontro de Economia da ANPEC*, 2005.

HUSNAIN, M. I. **Keynes versus Wagner: aggregated and disaggregated analysis of public expenditure in selected South Asian countries**. *International Research Journal of Finance and Economics*, v. 67, 2011.

KEYNES, John Maynard. “**Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.**” Saraiva Educação SA, 2017.

Lindauer, David L., and Ann D. Velenchik. “**Government spending in developing countries: Trends, causes, and consequences.**” *The World Bank Research Observer* 7.1 (1992): 59-78.

KUPFER, D. (2013). “Dez anos de política industrial”, *Valor*, 08/07/2013.

MAGAZZINO, C. Wagner versus Keynes: “**Public spending and national income in Italy**”. Journal of Policy Modelling, v.34, p. 890-905, 2012.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MODIANO, Eduardo Marco. “**A ÓPERA DOS TRÊS CRUZADOS, 1985-1990**”. A Ordem do Progresso. Elsevier Brasil, 2015.

PATU, Gustavo; CUCOLO, Eduardo. “**Brasil é o país que mais expandiu gasto público em uma década**”. O Tempo. 11/10/20 - 13h28. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/brasil-e-o-pais-que-mais-expandiu-gasto-publico-em-uma-decada-1.2397559>>

PRADO, Pedro Henrique Martins; DE FÁTIMA ALMEIDA, Francielly. LEI DE WAGNER E ILUSÃO FISCAL NA AMÉRICA LATINA. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 57, 2021.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina**. 2008.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. “**Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros**”. Economia Aplicada, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

TESOURO NACIONAL. “**Relatórios Contábeis e Séries Históricas - União**” Endereço Eletrônico. 2021 Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorios-contabeis-e-series-historicas-uniao>> acessado em 29/03/2021

Santos, J. Albano. “**A lei de Wagner e a realidade das despesas públicas.**” Estudos de Economia (2): 169–190. (1986).

SAYAD, João. Observações sobre o plano Real. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 25, n. Especial, p. 7-24, 1995.

SILVA, S. S. D., & TRICHES, D. “**Uma nota sobre efeitos de gastos públicos federais sobre o crescimento da economia brasileira**”. Revista Brasileira de Economia, 68(4), 547-559. 2014.